



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,93% São Paulo	185.188 185.629 3/9 4/9 8/9 9/9	R\$ 5,112 (+ 0,52%)	1/setembro 5,155 2/setembro 5,108 3/setembro 5,104 4/setembro 5,130 8/setembro 5,085	R\$ 1.621	R\$ 5,946	13,90%	13,73%
0,77% Nova York							Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07

COMBUSTÍVEIS

Novos subsídios devem custar R\$ 7 bi

Analistas alertam que, para o consumidor perceber benefício na bomba, será preciso o repasse integral da subvenção

» ROSANA HESSEL

Amenos de um mês do primeiro turno das eleições gerais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, um decreto e uma medida provisória para subsidiar os combustíveis. No caso da gasolina e do etanol, a medida tem validade de um mês. Para o diesel, a nova subvenção econômica poderá ser revisada a cada 30 dias pelo Ministério da Fazenda.

O impacto fiscal é estimado em R\$ 7 bilhões. Contudo, especialistas alertam que os benefícios podem não ser repassados integralmente para os consumidores na bomba.

Segundo os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron — que apresentaram os detalhes das medidas aos jornalistas —, as novas medidas têm como objetivo reduzir o impacto da nova disparada nos preços do petróleo no mercado internacional, que voltou a ser negociado acima de US\$ 100, pela primeira vez desde julho, e do aumento no custo no refino do diesel (crack spread).

Desse custo adicional mensal em torno de R\$ 7 bilhões, R\$ 5 bilhões, são referentes à subvenção adicional ao diesel, que será custeada por meio de crédito extraordinário, de acordo com o ministro do Planejamento. Os outros R\$ 2 bilhões referentes ao impacto fiscal mensal da desoneração da gasolina (R\$ 1,7 bilhão) e do etanol (R\$ 300 milhões), devem ser bancados pela receita tributária adicional decorrente do aumento dos preços do petróleo, que devem superar R\$ 10 bilhões por mês. Os ministros garantiram que o impacto no resultado primário das contas públicas “não devem comprometer a meta fiscal”.

O secretário-executivo da Fazenda admitiu, inclusive, que é possível haver algum contingenciamento no próximo relatório

Reprodução/YouTube



Segundo a equipe econômica, as novas medidas serão avaliadas a cada mês e, dependendo do preço do petróleo poderão ser ampliadas ou reduzidas

bimestral de avaliação de receitas e despesas, que será divulgado no próximo dia 24, porque será preciso atualizar as novas despesas. “Vamos ter de incorporar a pressão (dos novos gastos), e pode ser que demande um contingenciamento adicional, porque é o compromisso para adequação do bimestral”, disse Ceron.

As novas medidas, somadas às anteriores que vinham sendo aplicadas pelo governo desde março — após o início do conflito no Oriente Médio que provocou nova escalada de preços no barril do petróleo no mercado internacional —, devem ter um impacto “de quase R\$ 40 bilhões”, segundo Moretti. Ele informou que, até o momento, o custo dos subsídios em vigor chegou a R\$ 25 bilhões. Mas,

com as novas subvenções, haverá o custo adicional dos R\$ 7 bilhões e o custo adicional de R\$ 5,5 bilhões da MP que subsidia o diesel em R\$ 1,12 o litro e está em vigor até o dia 27 deste mês, o valor passará para R\$ 37,5 bilhões.

Novos valores

A subvenção da gasolina, de R\$ 0,44 por litro teve o prazo vencido ontem, e o novo decreto amplia o subsídio para R\$ 0,63 o litro, a partir de hoje, por meio da desoneração de tributos federais. O custo mensal dessa medida é de R\$ 1,7 bilhão e o decreto também prevê uma redução de R\$ 0,19 no litro do etanol, que deve ter um impacto mensal adicional de R\$ 300 milhões, e, com isso, zera a tributação

federal sobre esse combustível.

A princípio, a validade desse novo decreto é de 30 dias, ou seja, até 9 de outubro, e os custos totais, de R\$ 2 bilhões, serão custeados por meio de arrecadação extraordinária da União com petróleo, que, de acordo com Ceron, será mais do que suficiente, porque equivale a mais de R\$ 10 bilhões por mês.

Essas novas medidas serão avaliadas a cada mês e, dependendo do comportamento do preço do petróleo poderão ser ampliadas ou reduzidas, segundo o ministro da Fazenda. Ele deixou claro que os novos subsídios foram um pedido do Palácio do Planalto para “contribuir para a inflação e o custo de vida das famílias”. “A pedido do presidente Lula para os nossos caminhoneiros, para as nossas famílias,

dentro das nossas forças fiscais e adotando medidas limitadas e temporárias, que façam uso das receitas extraordinárias adicionais para suavizar, mitigar o impacto do aumento dos preços no Brasil”, disse Durigan no início da apresentação aos jornalistas.

Ao destacar o aumento do custo do refino do diesel para justificar a nova medida provisória do subsídio adicional de R\$ 1 para o diesel, Ceron disse que existe “um novo cenário internacional”, e que ele está mais crítico. “Estamos dando uma resposta preventiva para garantir o abastecimento interno. Isso é algo bem relevante, porque é uma crise que volta a ficar grave, mas é muito mais grave por conta desse problema do refino”, disse. De acordo com Moretti, quando

a medida atual vencer, no dia 27 deste mês, o governo estudará um aumento ou não da subvenção de R\$ 1 para o diesel previsto na nova medida provisória.

Impacto inflacionário

Para especialistas, contudo, ainda não está certo se haverá o repasse integral dos novos subsídios até os postos de combustível, porque isso vai depender da política de preços da Petrobras e do repasse aos distribuidores.

“Vamos ver se essa questão de imposto pode ficar pelo meio do caminho, no caso da gasolina. Não necessariamente vai tudo para o consumidor. E com o diesel, o impacto na inflação é pequeno, porque ele compromete em 0,20% do orçamento familiar, mas tem uma ajuda indireta na geração de energia, no transporte público, no transporte rodoviário, na carga. Como o diesel é amplamente utilizado, ele acaba contaminando vários setores produtivos, mas saber a contribuição da redução de preço dele é menor do que a da gasolina”, explicou o economista Andre Braz, coordenador dos Índices de Preços e especialista em política monetária e inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ele lembrou que, se a redução no preço da gasolina durar apenas um mês, como o previsto no decreto, a medida servirá apenas para diminuir eventual volatilidade do preço do petróleo, e, por conta desse prazo curto, “não vai fazer nem cosquinha na inflação”.

A pedido do **Correio**, o economista Fábio Romão, da consultoria 4Intelligence, estimou um impacto em torno de 0,15 ponto percentual na inflação oficial de setembro se a redução dos preços dos combustíveis anunciada pelo governo for integral na bomba de combustível. Dessa forma, segundo ele, a estimativa para a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste mês seria reduzida de 0,60% para 0,45%.

Brasil reage a alta do petróleo

» PEDRO JOSÉ BORGES

O petróleo Brent atingiu a marca de US\$ 100 por barril ontem, em meio ao aumento das tensões militares no Oriente Médio e à redução das expectativas de uma solução para o conflito na região. Por volta do fim da tarde, os contratos futuros do Brent subiam 3,55%, cotados a US\$ 101,40 por barril.

No mesmo horário, os contratos futuros do West Texas Intermediate (WTI), referência nos Estados Unidos, avançavam 3,21%, para US\$ 96,02. O Brent acumula valorização de aproximadamente 25% desde o início de agosto.

A alta ocorre após a retomada dos combates e o aumento da preocupação dos mercados com possíveis impactos sobre o fornecimento de petróleo. Forças Houthi, grupo apoiado pelo Irã baseado no Iêmen, atacaram cidades na Arábia Saudita. Os Estados Unidos também realizaram ataques contra petroleiros iranianos. Em resposta, o Irã atacou uma base militar norte-americana

na Jordânia e realizou ações contra embarcações na região.

As novas operações militares aumentaram a preocupação sobre a segurança das rotas de transporte e sobre a possibilidade de interrupções no fornecimento de petróleo. O mercado acompanha a evolução do conflito diante do peso do Oriente Médio na produção e na circulação da commodity.

A alta da cotação ocorre também em um cenário de incerteza sobre a duração do conflito. Com a redução das perspectivas de um acordo permanente, investidores passaram a considerar um período maior de instabilidade na oferta de petróleo, pressionando os contratos futuros. Segundo o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Renan Pieri, parte da alta atual está relacionada ao risco de interrupção da oferta, e não a uma escassez já concretizada.

“Se o conflito chegar de fato à logística de escoamento, aí não é mais risco, é oferta a menos, e isso demora a se resolver. O cenário mais

provável me parece de acomodação gradual com muita volatilidade, mas é cenário, não previsão”, explica.

Produto estocável

Pieri explica que o mercado reage às expectativas de redução da oferta porque o consumo e a produção de petróleo apresentam pouca capacidade de ajuste no curto prazo. “Como é um produto estocável, a expectativa de escassez lá na frente já muda o comportamento hoje: compensa formar ou segurar estoque, e isso pressiona o preço à vista antes de qualquer barril deixar de ser produzido. Por isso o mercado reage à notícia, não ao fato consumado”, afirma.

As notícias sobre os conflitos no Oriente Médio provocaram um ajuste de posições nas bolsas do mundo, com maior aversão ao risco que predominou no exterior. No Brasil, o Ibovespa encerrou o dia acima dos 185 mil pontos, mas em queda de 0,93%.

O dólar avançou 0,52% e

voltou a fechar acima de R\$ 5,10. Divisas emergentes, em especial latino-americanas, apanharam com nova rodada de alta das taxas dos Treasuries.

Em meio à alta do petróleo, o governo federal adotou medidas para minimizar os efeitos na bomba (**leia matéria acima**).

Para Pieri, o impacto precisa ser analisado de acordo com a duração e o objetivo da medida. Segundo ele, o mecanismo de compensação tributária por litro consumido protege o consumidor da retomada de tributos federais, mas não impede que uma eventual alta do petróleo seja repassada aos preços. “Se o barril seguir subindo, essa parte chega à bomba de qualquer jeito. E como o custo é por litro consumido, quanto tempo o recurso cobre depende do volume e do ritmo de pagamento, coisa que de fora eu não tenho como afirmar. O que dá para dizer é que manter isso de pé exige renovar a conta”, explica.

O economista também avalia

Marcelo Ferreira/CB/D A Press



Segundo especialista, o impacto sobre a economia é maior no caso do diesel

que o impacto da medida sobre os preços tende a ser temporário. Segundo ele, o subsídio reduz o preço em relação ao nível que seria registrado sem a compensação, “mas não necessariamente provoca uma queda”. A formação dos preços também depende da concorrência entre os agentes da cadeia,

do câmbio, e da política de reajustes da Petrobras.

No caso do diesel, o impacto sobre a economia pode ser maior, segundo o professor, devido ao uso do combustível no transporte de cargas e na formação de preços de outros produtos e serviços. (**Com agências**)